

**GT - Empresariamento e militarização da educação:
crítica, resistência e defesa da escola pública**

Revisão de literatura sobre os Colégios Cívico-Militares no Paraná

Thais Bento Faria¹

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) tinha como meta implantar 216 escolas desse modelo no território brasileiro até 2023, número alcançado desde 2022, como informa o *site* org.br. O estado do Paraná principia a implementação do modelo cívico-militar vinculado ao Pecim e, a partir de 2020, fortalece a proposta com um programa próprio - o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná, lei n.º 20.338, de 06 de outubro de 2020, substituída pela lei n.º 21.327, 20 de dezembro de 2022. Fontes institucionais indicam que, em julho de 2024, o Paraná supera os números almejados em âmbito nacional e já conta com 312 colégios pertencentes ao Programa Colégio Cívico-Militares no Estado do Paraná².

Frente ao fortalecimento e à crescente expansão da militarização em terras paranaense, a pesquisa objetiva mapear dissertações e teses sobre os colégios cívico-militares no estado do Paraná.

A metodologia consistiu na coleta de dados, sua classificação e distribuição quanti-qualitativa, que se relaciona à categoria de análise definida na investigação. A partir de diferentes combinações de palavras-chave - “colégio cívico-militar” ou “escola cívico militar”, “militarizada” ou “militarização”, “Paraná” ou “paranaense”, nos dias 31 de maio e 16 de julho de 2024, foram consultados os endereços eletrônicos

¹ Thais Bento Faria, doutora e mestra em Educação (UEM), graduada em Pedagogia (UEL), professora colaboradora do Departamento de Educação (UEL) e professora pedagoga da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR), thaisbentofaria@gmail.com

² Conforme o *site* institucional da Secretaria de Educação do Estado do Paraná – SEED/PR. Disponível em:

https://www.educacao.pr.gov.br/colegios_civico_militares#:~:text=Os%20Col%C3%A9gios%20C%C3%ADvicos%20Militares%2C%20pertencentes,e%20administrativa%20com%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 23 jul. 2024.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. A cada trabalho identificado, a leitura do título, o resumo, o sumário e a introdução foram substanciais para verificar se a pesquisa se relaciona ao objetivo deste mapeamento, lido e não localizado os elementos de interesse, levou-se ao critério de exclusão. Posteriormente, registraram-se os trabalhos em um quadro com os descritores: dissertação (D) ou tese (T), ano, autor(a), título, orientador(a), universidade. Realizado o mapeamento, o estudo se dedicou a analisar os achados, sobretudo no que concerne ao objetivo da pesquisa, metodologia, fontes de análise e algumas considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

Vejamos o Quadro 1 que sistematiza a revisão de literatura:

Quadro 1 - Dissertações e teses sobre colégios cívico-militares no Estado do Paraná

(D) ou (T)	Ano	Autor(a)	Título	Orientador(a)	Universidade
D	2023	Florentino, Bruno Augusto Marques	A política da SEED PR de implantação das escolas cívico-militares: estudo sobre escolas da região Norte do Paraná	Fabio Lanza	Universidade Estadual de Londrina (UEL)
D	2023	Franzin, Karla Fassio	PECIM: um olhar sociológico sobre as escolas cívico-militares no Paraná (2018-2022)	Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
D	2023	Mingori, Rodrigo Luis	Hegemonia discursiva e campo escolar: a percepção de professores sobre a militarização de escolas públicas no estado do Paraná.	Eduardo Nunes Jacondino	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
D	2023	Pio, Sirlene	Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná: implicações para a Gestão Escolar	Maria José Ferreira Ruiz	Universidade Estadual de Londrina (UEL)
D	2022	Silva, Joselita Romualdo da	Pedagogia do quartel: uma análise do processo de militarização de escolas públicas no estado do Paraná	Monica Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

D	2 0 2 0	Veiga, Carlos H. Avelino	Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do estado	José dos Santos Souza	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
---	------------------	--------------------------	--	-----------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento nos sites: <https://bdttd.ibict.br/vufind/> e <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>.

A única dissertação que se dedica ao programa em âmbito nacional, em diferentes unidades federativas, inclusive ao estado do Paraná, é o estudo de Veiga (2020), cuja pesquisa analisa diversos arranjos institucionais para viabilizar a gestão de escolas públicas por corporações militares no país, a partir dos anos 1990. Tem como objetivo relacionar a reforma administrativa do estado e a propagação da gestão compartilhada de escolas públicas com as corporações militares no país. Trata-se de um estudo de caráter explicativo e exploratório, do tipo documental, que contou com questionários semiestruturados aplicados a gestores dessas escolas. Como resultado, demarca a escassez do tema na literatura; a multiplicidade de modelos de parceria entre educação e militares; o aumento desta gestão compartilhada; o rigor nos regulamentos e normas da pedagogia militar adotada nestas instituições; embora sem estatísticas efetivas, a violência é tomada como motivação para a militarização das escolas; a qualidade destas instituições associadas ao investimento em estrutura adequada e o alinhamento destas parcerias ao discurso gerencialista. Dentre as considerações finais, aponta-se que a reforma gerencial do Estado possibilita a “[...] a implementação de parcerias público-público e público-privadas, a partir da militarização das escolas públicas, como estratégia de controle social das populações mais vulneráveis da sociedade [...]” (Veiga, 2020, p. 235).

Em “Pedagogia do quartel: uma análise do processo de militarização de escolas públicas no Estado do Paraná”, Silva (2022) objetivou apresentar os motivos pelos quais o Paraná militarizou um número expressivo de escolas e como essa política incide no direito à educação pública e no processo formativo dos estudantes. Como metodologia de pesquisa adotou-se a abordagem qualitativa a partir do estudo teórico de análise documental e utilizaram-se diversas fontes (diário oficial, leis, resoluções, editais, instruções normativas, projetos de lei, manuais, pareceres,

relatórios, atas e *sites* de órgãos públicos ou entidades civis organizadas). O estudo conclui que no Paraná a militarização escolar surgiu como uma reação de grupos neoliberais e neoconservadores aos movimentos sociais e uma tentativa de contê-los, cuja formação se compromete a produzir corpos dóceis, em consonância com a proposta.

Pio (2023) analisa as implicações do Programa Colégios Cívico-Militares para a Gestão Escolar paranaense, mediante uma pesquisa bibliográfica e análise documental, utilizando-se como fonte de pesquisa a legislação estadual e nacional, bem com o manual e o regimento específico do programa. A investigação concluiu que o programa “[...] fere o princípio o princípio da gestão democrática previsto da Constituição de 1988, reafirmado na LDB 9.394/1996 e no PNE 2014-2024, apesar de fazer menções à educação democrática nos seus documentos orientadores” (Pio, 2023, p. 90). Também considera que desvaloriza a atuação profissional civil, específica da área da educação na atuação da gestão escolar, o que gera implicações diretas para a gestão escolar paranaense.

A dissertação de Mingori (2023) teve como objetivo geral analisar o processo de institucionalização da política de militarização da educação pública no Brasil, via Pecim, e seus desdobramentos no Paraná, em específico, em uma escola pública do município de Francisco Beltrão. Ampara-se no pressuposto metodológico pós-estruturalista de análise de discurso e realizou-se uma pesquisa de campo no modo grupo focal com os docentes de uma instituição militarizada. Dentre as considerações finais, relacionam-se a adesão e a percepção de professores da instituição pública militarizada em estudo ao avanço neoconservador contemporâneo.

O trabalho de Franzin (2023) estuda as políticas de criação e expansão das escolas públicas militarizadas no Brasil e toma como referência os documentos do Pecim e sua implementação no estado do Paraná. Ademais, destas fontes documentais, trabalha com a bibliografia teórica, os arquivos da Base Nacional Curricular Comum e documentos norteadores dessa política pública. Nos apontamentos finais, sinaliza a expectativa em contribuir com a compreensão desta proposta e as formas de controle social exercido por ela.

Florentino (2023) investiga a implantação das escolas cívico-militares, sobretudo na região Norte do Paraná, e traz como exemplo os colégios Francisco

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Ferreira Bastos, Marquês de Caravelas e Walfredo da Silveira Corrêa, todos sob a jurisdição do Núcleo Regional de Educação de Apucarana. Na pesquisa empregaram-se diversas fontes, como “[...] legislações estaduais, nacionais, a consulta dos documentos oficiais das mantenedoras e da própria instituição em tela, bem como pela coleta de dados a partir da observação e registro no caderno de campo do pesquisador” (Florentino, 2023, p. 7). Metodologicamente foram analisados os documentos normativos e os dados da coleta de campo. Como um dos apontamentos finais, é assinalado o aligeirado processo de consulta pública, sem debate com a comunidade escolar, e as inúmeras estratégias de propagandas para adesão ao programa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este mapeamento identificou seis dissertações, nenhuma tese, cinco vinculadas a programas de pós-graduação localizados no estado do Paraná (02 defendidas na UFPR, 2 na UEL e 01 na Unioeste), apenas uma fora do território focalizado no estudo – UFRRJ. No que tange ainda aos programas de pós-graduação *strictu sensu*, as pesquisas foram desenvolvidas em mestrado na área da educação (03 pesquisas em mestrado em Educação e uma específica em “Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares”) e na área da sociologia (01 pesquisa no mestrado em Sociologia e outra em mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional).

Conforme se ampliam as escolas no formato cívico-militar no Paraná, embora muito distante desta espantosa expansão do programa, observa-se o crescimento da investigação – uma defendida em 2020, uma em 2022 e quatro em 2023, quando estes colégios se avolumam. A discrepância entre a expansão deste modelo de escola militarizada e a parca investigação científica, torna-se um alerta sobre a urgente e necessária ampliação das pesquisas.

REFERÊNCIAS

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

FLORENTINO, Bruno Augusto Marques. **A política da SEED PR de Implantação das Escolas Cívico-Militares**: estudo sobre escolas da região norte do Paraná. 2023. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14495032. Acesso em: 16 jul. 2024.

FRANZIN, Karla Fassio. **PECIM**: um olhar sociológico sobre as escolas cívico-militares no Paraná (2018-2022). 2023. 79 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/87537/R%20-%20D%20-%20KARLA%20FASSIO%20FRANZIN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jul. 2024.

META de implementar 216 escolas cívico-militares até 2023 será antecipada para este ano. **Serviços e informações do Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/01/meta-de-implementar-216-escolas-civico-militares-ate-2023-sera-antecipada-para-este-ano>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MINGORI, Rodrigo Luis. **Hegemonia discursiva e campo escolar**: a percepção de professores sobre a militarização de escolas públicas no Estado do Paraná. 2023. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2023. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/7067>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SILVA, Joselita Romualdo da. **Pedagogia do quartel**: uma análise do processo de militarização de escolas públicas no Estado do Paraná. 2022. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/80137/R%20-%20D%20-%20JOSELITA%20ROMUALDO%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jul. 2024.

PIO, Sirlene. **Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná**: implicações para a Gestão Escolar. 2023. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, 2023. Disponível em: <https://www.ppedu.uel.br/pt/mais/dissertacoes-teses/dissertacoes/category/22-2022>. Acesso em: 23 jul. 2024.

VEIGA, Carlos Henrique Avelino. **Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado**. 2020. 255 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu; Seripédica, 2020. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/6025/2/2020%20-%20Carlos%20Henrique%20Avelino%20Veiga.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná